

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

Andréa Acioli

RESENHA

Nesta obra Marcelo Lopes de Souza baseia toda a sua análise na perspectiva de que o planejamento e a gestão das cidades só adquirem legitimidade se submetidos ao controle e deliberação da coletividade. O sentido de democracia então adquire importância neste debate, uma vez que esta se apresenta como a alternativa possível para a maioria das sociedades hoje.

Sua crítica está centrada principalmente na conjunção entre democracia representativa e o capitalismo, ambos para ele representantes de um modelo civilizatório que cada vez mais individualista, assimétrico, hierárquico e que aliena os cidadãos do seu exercício de poder. Também o marxismo e o socialismo são alvos de duras críticas pelo autor. Para ele, este que normalmente é tido como a única alternativa existente ao capitalismo e à democracia representativa, falhou tanto na teoria quanto na *práxis*, por seu caráter muitas vezes autoritário e elitista.

A saída então que o autor aponta, para que possamos viabilizar a participação popular no planejamento e gestão das cidades está no projeto da autonomia que Marcelo vai buscar na obra de Cornelius Castoriadis. Esta seria considerada a possibilidade de uma sociedade de se auto-instituir, se auto-gestionar. Seria um horizonte de ação e pensamento, sempre inacabado, sempre por instituir-se.

A participação popular aparece como elemento de destaque, uma vez que permite romper com a situação de tutela em relação ao Estado e outras instituições, e permite ainda estimular a prática política, a formar os cidadãos e o aprofundamento de uma consciência de direitos. Desta forma, ele critica a idéia de participação popular somente como forma de co-administração da escassez ou co-gestão da crise.

O autor enfatiza a importância da autonomia individual e coletiva, mas avança trazendo relevantes contribuições para o debate como as idéias de autonomia no plano externo e autonomia no plano interno, com as quais busca uma aproximação com a dimensão cultural, resgatando assim, o “direito a

diferença”. E ainda as suas proposições de que se deve considerar a autonomia “*em sentido forte*” e autonomia “*em sentido fraco*”. Com isso, Marcelo amplia a dimensão da autonomia, fazendo dessa tanto um momento estratégico, de um horizonte de pensamento e ação quanto tático, de conquistas conjunturais com o fito de obter avanços político-pedagógicos que abram caminhos para o futuro ideal. Lembrando que este estará sempre se reconstruindo, seria a utopia realista de que fala o autor.

Outra crítica de Souza a Castoriadis está na sua negligência para com a dimensão espacial nos seus escritos. Souza afirma que o espaço se mostra uma dimensão da sociedade muito relevante nesse processo, pois o espaço social não é apenas um produto das relações sociais, mas também é um condicionante dessas relações sendo impossível, portanto, separá-los. O autor analisa as cidades hoje, considerando a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial que cada vez mais produz espaços onde o medo induz a novas formas de organização, como a segregação das parcelas de população pobre, a auto-segregação dos ricos e a “cidade monitorada”, resultando em um desafio para a democratização da gestão e do planejamento urbanos. O desenvolvimento sócio-espacial aparece então, como o caminho que o autor percorre incorporando a dimensão espacial ao seu estudo e tendo como horizonte a autonomia individual e coletiva.

Embora sabendo ser este um horizonte a ser construído de forma aberta e diante disso, não ser adequado propor um “modelo espacial autônomo”, o autor aponta alguns caminhos para que possamos alcançar as transformações nas relações sociais existentes rumo a uma sociedade autônoma, sendo este processo iniciado ainda nos marcos de uma sociedade heterônoma. A mudança na organização espacial é um desses caminhos, principalmente no sentido de favorecer uma descentralização territorial e setorial de poder. Contudo, ressalta que a descentralização só tem legitimidade se sua direção for levada pela coletividade.

Mas o central para o autor é o papel das cidades. Ele entende não ser possível uma superação da heteronomia apenas numa cidade, mas afirma que a escala local permanece sendo um lugar de conquistas importantes se forem aproveitadas as brechas para se confrontar a “cidade-prisão”, tornando-a uma “*escola*” de resistência.

Na segunda parte do livro Marcelo busca abordar as possibilidades de conquista de pequenas vitórias rumo a uma autonomia, mas ainda dentro de uma sociedade heterônoma, trazendo uma aproximação do que foi desenvolvido na sua abordagem teórico-conceitual, com a empiria. Aqui ele se ocupa em primeiramente analisar as bases de um planejamento e gestão urbanos e nos propõe que consideremos ambos como estritamente relevantes para a construção de uma sociedade autônoma.

Marcelo Lopes exalta alguns exemplos como o orçamento participativo de Porto Alegre para mostrar que a participação popular resultou num significativo efeito redistributivo. Contudo, ressalta que estas não correspondem a uma autêntica *autogestão*, apenas introduzem elementos de uma democracia direta na gestão da cidade, o que já pode ser considerado uma vitória tática, para o autor. O papel dos movimentos sociais merece destaque na análise de Marcelo Souza, uma vez que sua ligação com o planejamento e a gestão das cidades pode fornecer um conteúdo mais aberto para o caminho em direção à autonomia. Para isso, aponta a importância da articulação de diversas escalas que ultrapassando o local, permitam ter uma visão holística dos problemas sociais, escapando assim da simplificação de alguns ativismos que resultam em uma reificação do urbano.

Ao tratar da participação popular, o autor mais uma vez retoma a dimensão espacial para sua análise. Desta vez ele lembra a relação entre espaço e poder, trazendo para o foco os territórios e territorialidades que podem surgir de acordo com as disputas de poder, bem como a importância do lugar na definição desses territórios. Enfatiza que é necessária a criação de formas espaciais apropriadas à construção de uma sociedade autônoma, isso implica uma reformulação da malha territorial para que facilite a participação popular. A formação de territórios de referência para a participação popular, e mais ainda de territórios autônomos, passa pela incorporação das identidades territoriais e dos sentimentos de lugar de uma coletividade.

Quando aborda a dimensão cultural do planejamento e gestão urbanos, Souza enfatiza os perigos de transplantar projetos, métodos ou o que quer que seja de uma sociedade a outra sem considerar as diferenças culturais existentes. Mesmo estando hoje cada vez mais expostos ao processo de globalização, e isso claro inclui o choque de culturas, não se pode negar a

diversidade cultural. Portanto o que o autor busca enfatizar é que a construção de territorialidades autônomas pressupõe a consideração de universos valorativos diversificados. As resistências culturais existentes, segundo ele precisam ser fortalecidas, pois tendo a oportunidade de tomar o controle de seu destino, autonomamente, cada coletividade poderá construir a sua territorialidade e o seu espaço de acordo com suas particularidades.

Por fim, busca apresentar cenários a partir de um horizonte radical que evidenciem a autogestão e o autoplanejamento com base no projeto de autonomia. Afirmar que numa “época de conformismo generalizado”, existem brechas onde se vê o inconformismo e assim, busca um resgate do sentido verdadeiro de utopia, sem a qual não podemos discutir projetos e cenários futuros.

Marcelo Lopes considerando o momento atual em que a sociedade se vê submetida ao processo de globalização capitalista, não deixa de sublinhar a importância de empreendermos ações que ultrapassem o local, incorporando também as escalas supralocais. Essa multiescalaridade que Souza reivindica, é o elemento central para romper com localismos ingênuos e ter a possibilidade de transformação real da sociedade em uma sociedade autônoma.

Esta obra se apresenta como um desafio posto aos leitores, que no contexto atual estão deveras acostumados com soluções prontas e receituários para a melhoria das condições de vida da sociedade, mesmo sendo estes na maior parte das vezes uma releitura reformista das condições atuais de vida. Marcelo Lopes de Souza nos brinda com uma instigante proposta interdisciplinar, e dialoga com uma pluralidade metodológica que só veio enriquecer sua proposta.

O que se apresenta enfim como a idéia central desta obra consiste em trabalhar a “margem de manobra” existente apesar das prisões da sociedade, que permitam uma mudança real, e ainda buscar caminhos para uma mudança sócio-espacial, que contenha este ideal da autonomia em um horizonte utópico, mas nem por isso inatingível.

ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.
WWW.geouerj.uerj.br/ojs